



A GUERRA CIVIL EM ANGOLA  
(1975-2002)

**JUSTIN PEARCE**



**A GUERRA CIVIL  
EM ANGOLA  
1975-2002**

Tradução de Susana Sousa e Silva

L I S B O A  
TINTA-DA-CHINA  
M M X V I I

## ÍNDICE

Prefácio, por Rafael Marques .....	9
Nota sobre as fontes anónimas .....	17
Agradecimentos .....	19
Introdução .....	23
1. A mobilização anticolonial e o êxodo dos portugueses.....	51
2. UNITA, 1975-1976: das cidades à «longa marcha» .....	81
3. O MPLA e a construção do estado urbano.....	105
4. Migração, realojamento e identidade.....	125
5. A UNITA no Planalto Central, 1976-1991.....	143
6. A UNITA na Jamba.....	163
7. A guerra nas cidades .....	189
8. Os últimos redutos da UNITA.....	215
9. Os Acordos de Luena e a política actual.....	239
Conclusão.....	261
Notas .....	271
Índice Remissivo .....	293

© 2017, Justin Pearce  
© 2017, Edições Tinta-da-china, Lda.  
Todos os direitos reservados de acordo  
com a legislação em vigor

Tinta-da-china  
Rua Francisco Ferrer, 6 A  
1500-461 Lisboa  
Tels.: 217269028/29  
E-mail: info@tintadachina.pt  
www.tintadachina.pt

Título original: *Political Identity and Conflict  
in Central Angola, 1975-2002*

Título: *A Guerra Cívil em Angola (1975-2002)*  
Autor: Justin Pearce  
Prefácio: Rafael Marques  
Tradução: Susana Sousa e Silva  
Revisão: Tinta-da-china  
Capa e composição: Tinta-da-china

1.ª edição: Abril de 2017

ISBN: 978-989-671-369-0  
Depósito Legal: 422616/17

PREFÁCIO  
*por Rafael Marques*

Conheço Justin Pearce há muito tempo, e Justin Pearce conhece bem a realidade angolana: primeiro, conheceu-a e reportou-a enquanto jornalista; actualmente, observa-a e analisa-a enquanto académico. Sempre admirei a sua imparcialidade, evidente sobretudo no fino sentido de humor que usa para manifestar o que pensa sobre Angola.

A maioria dos estudos sobre política angolana encaixa-se em três tendências: analisam-na do topo até à base; são centrados em Luanda, e a partir da capital enquadram o resto do país; e, implicitamente, procedem à leitura da história de Angola através do prisma da história do MPLA.

Justin Pearce quebra esse confinamento académico, apresentando um estudo detalhado sobre a política de identidade no Planalto Central, nos últimos anos do século xx. Trata-se de um livro pioneiro sobre o quotidiano nas zonas ocupadas pela UNITA durante a guerra civil, e sistematiza a política de identidade a partir do ponto de vista dos cidadãos comuns. Ao invés de entrevistar apenas generais e políticos e de os questionar sobre a guerra, Pearce fala com os camponeses, os aldeões, os professores e os meros militantes partidários, e procura compreender de que forma é que os angolanos se integraram em movimentos políticos rivais, e como é que a militância partidária determinou os seus actos e, genericamente, a sua vida.

No âmbito da Guerra Civil que devastou o país, analisar a questão da pertença política partindo da base da pirâmide social é um exercício transformador: a história do conflito deixa de ser a da intervenção de forças estrangeiras e das manipulações dos seus líderes, e passa a ser

sobre a das decisões e capacidade de acção dos cidadãos comuns. Isto é de enorme importância, porque permite ao leitor ultrapassar o campo minado de diabolização do MPLA e da UNITA (especialmente do movimento do Galo Negro), permitindo entender o que tem atraído ou repellido os cidadãos alinhados com esses dois movimentos políticos. Justin Pearce revela, por exemplo, que, ao passo que alguns angolanos eram motivados por certas ideologias, a maioria decidia o seu apoio com base em quem melhor poderia providenciar alimentos e bens, a favor de quem ocupasse a área onde viviam durante a independência, ou de quem demonstrasse maior capacidade de gerir a administração.

Isto comprova que as ideologias abstractas não eram necessariamente factor decisivo na escolha da militância política por parte dos cidadãos, mas antes uma questão concreta de capacidade de Estado, atenção e provisão de serviços à população. O estudo também revela que, em momentos cruciais, havia pressão sobre os movimentos para provarem a sua capacidade aos angolanos – e assim, mais uma vez, se recalibrava o entendimento histórico sobre as relações de poder entre esses grupos e a população civil em geral.

Ao ancorar o seu estudo numa perspectiva histórica que visa entender melhor a pertença política, sobretudo como um processo constantemente reconfigurado, Pearce ilumina quer os motivos quer os modos concretos das reorientações das lealdades políticas ao longo do tempo. Especialmente no caso da UNITA, demonstra de que forma a organização foi perdendo o seu apelo junto de muitos civis, em finais dos anos 90: devido à sua incapacidade de exercer uma administração efectiva das áreas sob o seu controlo, causando o êxodo das populações para regiões com melhores recursos sob administração do MPLA-Estado. Ao historicizar esse processo, o autor expõe, com mestria, duas questões importantes. Primeiro, muitos dos estereótipos recorrentemente assumidos como factos sobre a UNITA: o de que era um movimento «rural», por exemplo. Ora, isto foi um produto, justamente, da década de 1990 e do colapso da capacidade da UNITA; não foi uma característica do movimento desde a sua fundação. Segundo, ao desmontar esses mitos, Pearce sublinha as semelhanças entre o MPLA e a UNITA no que diz

respeito às ideologias iniciais de estado, independência e modernização. Ambos os movimentos partilhavam uma ideia urbana de Estado, identificando a provisão de bens e serviços como indicadores de sucesso e modernidade.

O livro de Justin Pearce mostra claramente que, no princípio da guerra civil, o MPLA e a UNITA, apesar da sua retórica propagandística, eram na prática extremamente idênticos no entendimento sobre a governação do Estado e os processos para alcançar o tão almejado «desenvolvimento». Ao realçar essas semelhanças, o autor conduz-nos ao que constitui o seu contributo original no contexto da investigação sobre a guerra civil em Angola: o ponto de vista, apenas possível de obter conversando mais com os cidadãos comuns do que com os políticos e «sabedores». As inimizades associadas à etnicidade, as cisões rural / urbano e as tensões raciais, assim como os processos de incorporação e de educação política a que as populações foram sujeitas são tradicionalmente propagandeadas como causas do conflito – mas foram, na realidade, produto dessa guerra. Esta inversão de perspectiva altera profundamente o entendimento das pertenças políticas em Angola, e este livro prova que chegou finalmente a altura de aprofundar historicamente a questão.

Por outro lado, é pertinente convocar o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, uma vez que se adapta ainda hoje à sociedade angolana: o poder tem e continua a ter o objectivo de controlar a condução geral da vida social. Não basta a mera detenção do poder político. Há que deter o controlo da economia, da cultura, da comunicação social. De tudo.

*A Guerra Civil em Angola* apresenta nove capítulos que cobrem a evolução da situação desde o domínio colonial, passando pelo processo de descolonização e chegando ao final do conflito, descrito assim: «O fim do conflito armado, em 2002, foi gerido no sentido de garantir que a legitimidade em Angola continuasse a assentar num entendimento da autoridade definido em tempo de guerra e que, hoje, graças à ordem instituída no pós-guerra, tem no MPLA o seu único beneficiário.» Dito de outro modo, aplicou-se a velha lei da guerra: aos vencedores, os despojos!

É muito interessante a história contada por Justin Pearce sobre as relações, nos primeiros tempos de paz, entre membros da UNITA e do MPLA numa aldeia. Descrevem-se os momentos de tensão vividos quando se promoveu a instalação, pela administração local, de uma bomba de água na localidade. Alguns indivíduos conotados com a UNITA tentaram retirar água, sendo repelidos por membros do MPLA, alegando que os apoiantes da UNITA não tinham direito a usar uma bomba de água instalada por um governo do MPLA. Quando, durante a missa, um padre se manifestou contra a rivalidade, foi acusado por elementos do MPLA de ser um «padre da UNITA», tendo mesmo acabado por abandonar a aldeia depois de ser ameaçado de morte. No mesmo município, professores que tinham trabalhado para a UNITA candidataram-se a vagas no sistema de ensino público, tendo sido informados de que só poderiam fazê-lo se possuísem um cartão de militantes do MPLA. Estes episódios não constituem meros *fait-divers*: revelam de que forma se manteve a hegemonia do MPLA no pós-guerra.

Justin Pearce também concede a devida atenção às autoridades tradicionais. E assim ficamos a saber que, no início da década de 1980, o MPLA, que inicialmente suspeitava das autoridades tradicionais por razões ideológicas, percebeu a importância prática de as usar como intermediárias nas pequenas zonas do interior que passaram para o controlo do Estado durante a guerra.

Uma nota ainda para a batalha de Cuíto Cuanavale: Justin Pearce não se esquiva a este assunto e, com a sua imparcial observação, faz referência aos mitos criados em torno deste episódio. Desmitifica-o, aliás: no Cuíto Cuanavale houve afinal angolanos dos dois lados do conflito, não se devendo esquecer a importância decisiva do apoio militar cubano ao MPLA, destruindo assim a lenda propalada pelo ainda presidente José Eduardo dos Santos e pelos membros do seu partido, de acordo com os quais a batalha teria sido travada entre as forças governamentais e o exército da África do Sul!

Termino invertendo as palavras da conclusão do livro, que dizem o seguinte: «O término da guerra, nos termos em que foi definido pela estrutura dirigente do MPLA, conduziu ao desmantelamento do povo

da UNITA, no sentido de uma comunidade de pessoas imaginada, cuja identidade foi definida por uma entidade que se apresentava como um estado e que fazia assentar a sua própria legitimidade no pressuposto da ilegitimidade do MPLA.» Pois a realidade é que «o acordo de paz, assinado em 2002, não ditou o fim da história de Angola». E é precisamente com a história do futuro de Angola que devemos contar!

*Para Rafael, Fern e Okidi*



## Nota sobre as fontes anónimas

O passado é um tema politicamente sensível em Angola. À exceção das entrevistas com personalidades da elite, todas as restantes foram conduzidas mediante uma garantia de confidencialidade, para que os entrevistados pudessem expressar-se livremente, sem receio de eventuais consequências. Atribuí um pseudónimo a cada participante para indicar ao leitor quando o mesmo é citado mais do que uma vez.

## Agradecimentos

Este livro é o resultado de uma familiaridade com Angola que evoluiu e se aprofundou ao longo de uma década de convivência com o país. Jamais teria sido possível fazê-lo sem a benevolência de muitas pessoas e a generosidade de diversas instituições. Uma grande parte do trabalho de investigação foi realizada no decurso dos meus estudos de doutoramento no St. Antony's College, Universidade de Oxford, entre 2007 e 2011. Os custos inerentes à investigação para o meu doutoramento e estadia foram suportados pela Oxford Research in the Scholarship and Humanities of Africa (ORISHA) e complementados por um subsídio do Warden's Bursary Fund do St. Antony's College. As bolsas de estudo atribuídas por esta instituição e pelo fundo Norman Chester, de Oxford, permitiram-me realizar o trabalho de campo. Graças a uma bolsa de pós-doutoramento, atribuída pelo Economic and Social Research Council (referência ES/1031456/1) na School of Oriental and African Studies (SOAS), Universidade de Londres, em 2011-2012, pude reformular o material de investigação recolhido para o meu doutoramento e redigir a versão original do presente livro. Em 2011, fui aceite pelo National History Center para participar no seminário anual sobre descolonização, em Washington, DC, e a investigação que aí realizei contribuiu para dar forma ao Capítulo 1. A fase final de edição do livro coincidiu com o início do meu período como bolseiro da Leverhulme Early Career Fellow (bolsa de investigação número 74 978), na Universidade de Cambridge. Embora reconhecendo o quanto beneficiei dos anos passados em três grandes universidades, aproveito também para expressar o meu descontentamento com as políticas aplicadas pelo governo de coligação entre conservadores e liberais-

-democratas, no Reino Unido, que contribuíram para enfraquecer um sistema de ensino superior construído ao longo de séculos.

Não menos importante do que o financiamento foi o apoio moral e material que recebi dentro e fora de Angola. O meu primeiro agradecimento vai para o padre Daniel Nogueira Chimbulungunjo e para a Comunidade Beneditina do Huambo, que me disponibilizaram um tecto durante os longos meses que durou a investigação no terreno. Sem a sua ajuda, este projecto não teria sequer começado, tal como nunca teria prosseguido sem a colaboração de muitos outros. Gostaria de agradecer a hospedagem e o apoio da Comunidade Trapista de Soke, dos padres Alberto Sambundo, David Sandambongo, Nito Tchatalika, Nicolau Costa e do arcebispo José de Queirós Alves. Ainda no Huambo, pude contar com a ajuda preciosa da equipa de colaboradores do Development Workshop e da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Deixo uma palavra especial aos meus inúmeros entrevistados, tanto aos que conseguiram conversar comigo depois de vencerem as suas apreensões iniciais, como aos que tiveram a generosidade de partilhar as suas recordações e reflexões desde o primeiro momento. Gostaria de agradecer, em particular, ao general Peregrino Isidro Wambu Chindondo, a Marcolino Moco e a Penina Paulino pelo tempo que me dedicaram e por me terem dado a conhecer outras pessoas. Mary Daly partilhou os conhecimentos da sua longa experiência em Angola e apresentou-me outros entrevistados, cujas reflexões e memórias deram um enorme contributo à minha investigação. Paula Cristina Roque disponibilizou-me contactos preciosos e tem sido uma importante interlocutora na partilha de ideias e conhecimentos ao longo de anos de estudo sobre Angola. O mesmo posso dizer de Lara Pawson.

A definição e o amadurecimento das ideias aqui apresentadas beneficiaram largamente dos conselhos, rigor intelectual e amizade dos meus orientadores, Jocelyn Alexander e Ricardo Soares de Oliveira. Os meus arguentes, David Anderson e Christopher Cramer, assim como William Beinart e Gavin Williams, foram uma preciosa fonte de apoio e inspiração ao longo dos anos de gestação deste livro. Gerald Bender e um revisor anónimo fizeram comentários importantes sobre o manuscrito e o olhar

atento e as competências editoriais de Nakul Krishna melhoraram de forma considerável a qualidade do texto final. Aproveito para homenagear a memória de Terence Ranger, que morreu quando este livro seguia para a gráfica e cujo trabalho sobre o Zimbabué me sensibilizou para o tipo de perguntas que podiam e deviam ser feitas a propósito de Angola.

Foram muitos os que me ajudaram a definir o meu pensamento, sendo demasiado numerosos para poder nomeá-los um por um. Eles, porém, sabem quem são: os meus colegas e alunos em Oxford, na SOAS e em Cambridge, assim como a cordial e simpática rede internacional de investigadores sobre Angola formada ao longo dos últimos anos. Aos muitos amigos que tenho na África do Sul e no Reino Unido devo o apoio e a estabilidade de que pude usufruir durante os anos em que a investigação tornou irrelevante o conceito de residência permanente. Mais uma vez, embora sejam demasiado numerosos para referi-los individualmente, agradeço a Lesley e Lucas Cowling, Stephen Garratt, Ryan Meyer, Devon Curtis, Adam Higazi, Richard Naxton, Pauline e Malcolm Pearce, Anthony Philbrick, Ros Taylor e David Turnbull, assim como a Lorraine Pratt RSCJ, Ana Margarida Santos e aos restantes membros da comunidade de Norham Gardens, em Oxford. Por fim, um agradecimento especial a Fern Teodoro, pela sua extraordinária generosidade e hospitalidade, e a Rafael Marques, pelo seu apoio inquebrantável ao longo dos anos, desde a minha primeira visita a Angola.

Fico muito feliz que o livro seja agora mais acessível aos leitores do mundo lusófono por via da tradução rigorosa e sensível de Susana Sousa e Silva. Agradeço a dedicação de Bárbara Bulhosa, Madalena Alfaia, Catarina Homem Marques, e de toda a equipa da Tinta-da-china na realização deste projecto. Aproveito também para reconhecer tudo o que Maria Marsh, da Cambridge University Press, tem feito para promover a edição inglesa do livro ao longo dos últimos anos.

## ÍNDICE REMISSIVO

- ACORDO DE NOVA IORQUE 192  
Acordos de Bicesse 27, 193, 210-1, 218, 220,  
222, 242-3, 251, 280  
Acordos de Luena 247-9  
África do Sul 21, 25-6, 33, 37, 59, 68-9, 71,  
75, 77-8, 84, 91, 98, 117-8, 127, 152, 161,  
165, 169, 180, 182-5, 192, 197, 256,  
279  
Alves, Nito 116, 118, 271, 282  
Alvor, Acordo de 67, 69-1, 73, 76, 93, 279  
Andulo 207, 219  
anticolonial 7, 30, 48, 51, 55, 58, 60, 79, 85,  
94, 98, 101, 111, 118, 123, 159, 256, 258,  
265, 274, 283  
Antunes, Melo 63  
áreas de aquartelamento 147, 222, 231-2,  
246-7, 259, 286  
assalto à prisão de Luanda, em 1961 58
- BATIDAS (EXPEDIÇÕES EM BUSCA DE  
ALIMENTOS) 204-6, 212  
Bento, Bento 257, 289  
Botha, P. W. 102  
Botha, R. F. («Pik») 183, 287  
Bourdieu, Pierre 36, 273
- CAETANO, MARCELO 62  
cerco do Cuíto 204  
Chipenda, Daniel 86  
Chiwale, Samuel 91, 95-9, 10-2, 165, 175-7,  
182, 275, 278-9, 280, 285-7  
colonos 55, 57, 64, 67, 76, 112  
Comité Internacional da Cruz  
Vermelha 248  
Comunidade de Santo Egídio 244
- conceito de estado 85, 172, 203, 246, 265,  
266, 267  
construção do estado 26, 29-30, 33, 38,  
88, 103, 107, 111-3, 119, 123-4, 130, 141,  
184-5, 210-1, 213, 234, 236, 258, 266, 268,  
280  
Cruz Vermelha 130, 248  
Cuanza Norte 69  
Cuanza Sul 217  
Cuba 26, 77-8, 84, 91, 116, 180, 192  
Cuíto 70, 73-4, 87, 91, 129, 133, 136, 191-2,  
203-12, 217, 236, 264, 279, 281-3, 287  
Cuíto Cuanavale 12, 192, 256
- DESLOCAÇÃO FORÇADA DE  
POPULAÇÕES 48, 184  
Dia da Independência 83, 159
- ELEIÇÕES DE 1992 27, 138, 156, 191, 203,  
218-21, 224, 234, 237, 242, 251  
eleições de 2008 241, 249, 251, 253-5  
escolas das missões 61, 66  
Estado  
monopólio da violência 46, 72, 79  
Estado angolano 31, 48, 107, 113, 142,  
145, 267  
realojamento forçado 128  
Estado Novo  
estratégia de contra-subversão 153  
Estatuto do Indígena 57-8  
expropriação de terras 57
- FORÇA DE DEFESA DA ÁFRICA DO SUL  
(SADF) 68, 69, 75, 77, 78, 84, 127, 192  
coluna Zulu 77

- Forças Armadas Angolanas (FAA) 24, 42, 193-7, 204, 207, 209-12, 218-9, 230-1, 245, 249, 252-3, 280
- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) 36, 68, 72, 83, 97, 107-8, 120-2, 130-3, 139, 153-4, 158, 160, 166, 179, 187, 193, 195, 197-8, 210, 219, 220-2, 225, 230, 253, 288
- Forças Armadas Portuguesas (FAP) 62, 67-8
- Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) 54, 56, 58, 59, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 86, 90, 111, 181, 263, 276, 278
- GBADOLITE, CIMEIRA DE 192
- Gomes, Francisco da Costa 63
- Governo de Transição de 1975 67, 70, 72-3, 90, 95
- Gramsci, António 35, 273
- Guerra Fria 25-9, 71, 192, 218-9, 242, 262, 272
- «HABITUS» 36, 273
- hegemonia 25, 30, 35, 39, 115, 123, 179, 203, 247, 251, 257, 261, 263
- Hobbes, Thomas 46, 273
- Huambo 20, 45, 53, 69, 70, 73-7, 83, 88-9, 91-4, 98, 107-8, 112-4, 117, 120-1, 129-31, 135-8, 141, 149, 152-3, 159, 165, 168-9, 179, 181, 191-2, 194-202, 208-9, 212, 217-8, 227, 236, 249-51, 253, 255, 264, 275-89, 291
- IDENTIDADE POLÍTICA 25, 30, 34, 39-41, 48, 134-5, 138-40, 205, 210, 212, 228, 233, 236-7, 259, 261, 267
- Igreja Católica 154, 244
- igrejas 169, 172, 244
- JAMBA 7, 38, 45, 49, 100-3, 128, 138, 148, 156-7, 161, 165-87, 194, 196, 203, 267-8, 277, 280, 284, 286-7
- Jornal de Angola* 137, 244, 283
- Juventude do MPLA (JMPLA) 114-5, 117, 224-5
- LIGA DA MULHER ANGOLANA (LIMA) 138, 160
- Lisboa 6
- Lobito 69, 108, 277
- Luanda 23, 31, 38, 45, 53, 55-6, 58, 64-5, 68-74, 76-79, 86, 90-1, 171, 173, 194, 196, 221, 223, 227, 244-5, 248, 255, 257, 273-8, 280-90
- Luena 7, 94, 98, 136, 147, 245-9, 255, 279
- Lukamba, Paulo (general Gato) 249
- Lumbala, N'gimbo 94, 279
- luta anticolonial 30, 79, 85, 118, 123, 159, 256, 258, 265
- MALANJE 58
- Manukavola, Eugénio 243
- Marcelino, Fernando 196
- Mavinga 23-5, 32, 39, 172
- «Memorando de Entendimento» 245, 248-9, 289
- Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) 193
- Missão Evangélica do Dôndi 99-100, 280
- missões protestantes 55, 59, 280
- mobilização urbana 64, 116
- Moco, Marcolino 20, 60, 109, 134, 275
- morte de Savimbi 175, 219, 231, 245, 259
- Movimento das Forças Armadas 62
- Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) 23-5, 29-40, 42, 44-9, 53-4, 56, 58, 60, 6-4, 76-9, 83-94, 98, 100-4, 107-24, 127-8, 130-6, 139-42, 145, 147, 154-7, 159, 165, 167-8, 172-3, 176-8, 180-2, 184-7, 192-4, 196-201, 203-5, 207, 209-13, 218-20, 222-5, 227-9, 231-7, 241-4, 248-59, 261, 263-9, 271, 275-7, 279-85, 289-90
- município do Bailundo 153, 217, 219, 226
- NACIONALISMO 25-6, 30, 47, 54-6, 59, 66, 79, 103, 258, 274
- «etno-nacionalismo» 56, 59
- nacionalismo «modernista» 56
- Negage 75
- Neto, Agostinho 77, 84, 93, 99, 118, 159
- Neto, Armando da Cruz 249
- ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA 114
- Organização dos Pioneiros Angolanos 114, 222
- PAIHAMA, KUNDI 255, 257, 290
- pequenos agricultores 39, 145, 152, 184, 185-6, 209, 226-7, 235
- Planalto Central 23, 25, 32-3, 40, 44-5, 48, 53-4, 56-60, 64, 66, 69-71, 73, 78-80, 83, 86, 93, 98, 101, 103, 107-8, 110-3, 127, 137, 145, 147, 149, 160-1, 166-7, 183, 186, 191-3, 195, 203, 212-3, 217, 219, 234, 237, 241-2, 250-1, 253-4, 263-4, 268, 271, 275, 277, 280, 284
- Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) 58, 60, 61
- «povo da UNITA» 40, 133, 140, 145-6, 149, 209-10, 258, 265
- «povo do governo» 40, 140, 145, 210, 258-9, 265
- Protocolo de Lusaca 218, 242, 243, 246
- QUÉNIA 39
- REALOJAMENTO FORÇADO 128
- Reino do Congo 55
- República Democrática do Congo (veja-se também Zaire) 55, 58
- retirada de Angola em 1976 (ponte aérea) 76
- revolta de 27 de Maio de 1977 118
- revoltas nas plantações de algodão e cafezais, em 1961 58
- Revolução Portuguesa de 1974 48, 54, 62, 64, 78, 103, 108
- Rio Cuanza 69, 217
- Rio Cunene 75, 77
- SACHIPENGO, GERALDO (GENERAL KAMORTEIRO) 69, 99, 249
- Salazar, António 56, 118
- Samakuva, Isaiás 256
- Santos, José Eduardo dos 24, 194, 200, 243, 249, 255-7, 289
- Savimbi, Jonas 23, 26, 59, 61, 66, 6-70, 77, 84-91, 93-104, 118, 137-8, 148, 158-9, 165, 170-1, 173, 175-6, 180-3, 193-5, 200, 204, 218-19, 224, 228, 231-2, 241, 243, 244-5, 249, 259, 274-80, 282, 285-7
- «senhores da guerra» 28
- Serra Leoa 29, 272
- serviço militar 60-1, 120-2, 135, 168, 178, 187, 221
- Soares, Mário 62, 275
- Sobas (autoridades tradicionais) 42, 87, 97, 137, 151, 157, 183, 227, 231, 252-4
- sociedade civil 123, 242-8
- Spínola, António de 62, 63, 275
- TEORIA DA «GANÂNCIA *versus* RESENTIMENTO» 33
- Teoria da «Nova Guerra» 28
- teorias da «guerra pelos recursos» 27
- trabalhadores migrantes 57, 59
- trabalho forçado 57, 58, 264
- UGANDA 29, 272
- Uíge 65, 74-5, 276
- União das Populações de Angola (UPA) 58
- União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) 7, 23-7, 29-33, 35-49, 53-4, 56, 59-61, 64-79, 83-104, 107-8, 111-23, 127-42, 145-61, 165-87, 191-213, 217-37, 241-53, 255-9, 261, 263-8, 273, 275-6, 279-80, 282-90
- VORSTER, J. B. 84, 278
- WAKU KUNGO 217, 220, 222-6, 229, 232, 235
- ZAIRE ( REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO) 58, 71, 117, 218, 276



# A GUERRA CIVIL EM ANGOLA

foi composto em caracteres Hoefler Text e  
impresso pela Guide, Artes Gráficas,  
sobre papel Coral Book de 80 g,  
no mês de Março  
de 2017.